

ESCÂNDALO/DESCOBRAMENTOS

Relator quer fim do sigilo para cargos eletivos

No documento final da CPI, Magalhães também vai propor acabar com a Comissão de Orçamento

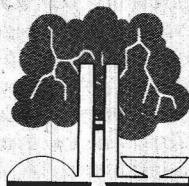
JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — O relatório final da CPI do Orçamento vai propor o fim do sigilo bancário e fiscal de todas as pessoas que exercerem cargo eletivo, da data da diplomação ao fim do mandato. "Meu relatório vai apontar a necessidade de se acabar com o sigilo bancário e fiscal do vereador ao presidente da República", explicou ontem o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

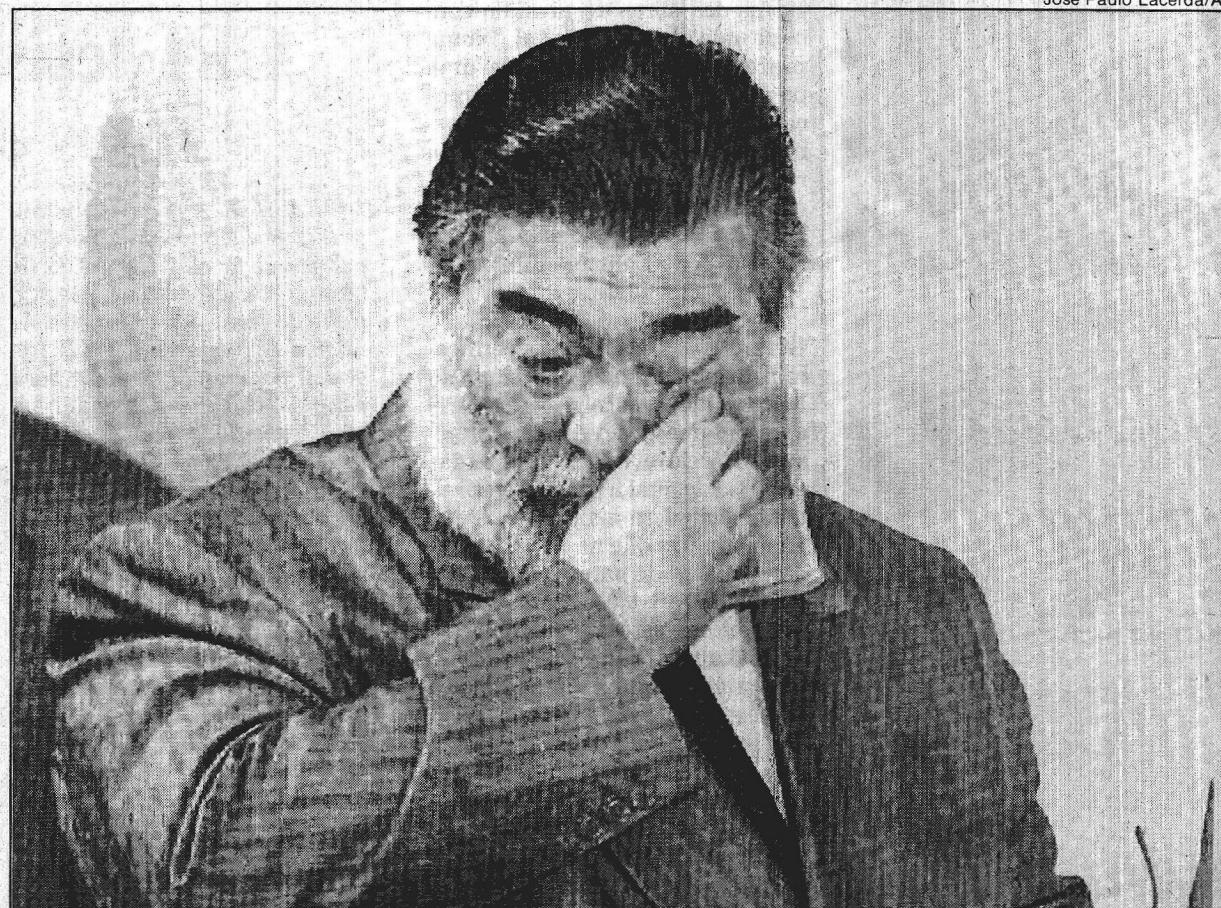
Segundo o relator, a sugestão de acabar com o sigilo é uma reedição, com algumas modificações, da proposta do líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), que foi derrotada no plenário do Senado, pela diferença de dois votos, quando a CPI já estava em curso. "É uma iniciativa igual à de Simon, só que desta vez com o aval da CPI."

Magalhães afirmou que aguarda apenas o fim dos trabalhos das quatro subcomissões da CPI e dos depoimentos, o que deverá ocorrer na segunda-feira, para concluir o relatório final, que deverá ter cerca de 300 páginas. Na parte sobre os parlamentares investigados, ele vai sugerir a abertura de processo contra os culpados ao Ministério Pùblico e a cassação de seus mandatos às Mesas do Senado e da Câmara.

O relator pretende sugerir ainda o fim da Comissão Mista de Orçamento e a criação de uma comissão de sistematização que receberá os dados das comissões permanentes da Câmara e do Senado, encarregadas de fazer a proposta de Orçamento da União. Pelo que já foi apurado, a Comissão de Orçamento, com a estrutura atual, serve apenas para a manipulação de verbas, tráfico de influência e corrupção.



José Paulo Lacerda/AE



Parlamentar de São Paulo revela amizade com colega baiano: "Tivemos várias lutas juntos, desde 66"